



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010749-21.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Adriano Faboso**
 Requerido: **Silmara Silveiro Poli**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

ADRIANO FABOSO promove ação de cobrança contra **SILMARA SILVÉRIO POLI**, ambos qualificados nos autos, e expõe que: a) as partes firmaram um contrato verbal de locação, tendo como objeto o imóvel situado na Av. Maurício Galli, nº 1215, apto. 303, bloco 18, Residencial Allure Resort, Vila Sedenho, nesta cidade; b) em que pese a desocupação do imóvel pela ré, a última não quitou os débitos relativos ao aluguel e demais encargos da locação, além dos gastos necessários para a pintura do imóvel, cujo valor total alcança a cifra de R\$ 3.390,64. Requer seja a ré condenada no pagamento da quantia indicada e nos ônus da sucumbência. Instrui a inicial com documentos.

Citada, a ré deixou fluir *in albis* o prazo para resposta, sobrevivendo requerimento para decretação da revelia e procedência da ação pelo autor.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide comporta julgamento antecipado nos termos do artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil.

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 344 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

3. Reputo incontroversos, pois, os fatos que dizem respeito à locação contratada entre as partes e ao inadimplemento da locatária, conclusão que foi corroborada tanto pela inércia da última, quanto pelos documentos acostados à inicial.

Não há, por sua vez, impugnação ao valor indicado na inicial, sendo de rigor o acolhimento da pretensão tal qual formulada.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar a ré no pagamento do valor de R\$ 3.390,64 (três mil, trezentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) ao autor, relativo aos encargos de locação que restaram inadimplidos, acrescido de correção monetária a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora desde a citação, custas do processo e honorários advocatícios da patrona adversa, ora arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

Araraquara, 23 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**